

# Aula 2

## DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (DIT) E O CONTEXTO HISTÓRICO

### **META**

compreender a origem e as estruturas responsáveis pela DIT;  
analisar a relação espaço-tempo como estratégia de compreensão da DIT;  
estudar a fragmentação territorial e econômica como parte do processo da Divisão Internacional do Trabalho.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:  
Perceber a importância europeia no processo de expansão colonial;  
identificar as principais potências imperialistas e seu papel na Divisão Internacional do Trabalho;  
analisar as diferentes fases da DIT no contexto histórico e geográfico em escala mundial.

### **PRÉ-REQUISITOS**

Compreender alguns conceitos relacionados à Geografia Econômica, tais como: desenvolvimento e subdesenvolvimento, países centrais e periféricos, multinacionais e transnacionais e conglomerados. De preferência utilize um dicionário para facilitar a compreensão de alguns conceitos.

**Marcelo Alves Mendes**

### INTRODUÇÃO

A partir deste momento, vamos fazer uma “viagem” têmporo-espacial para compreender a origem e evolução da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e os elementos contextuais responsáveis pela fragmentação territorial dos Estados-Nação na perspectiva de entender a conformação entre os países centrais e os periféricos.

O debate presente nesta aula tem a finalidade de levantar alguns questionamentos sobre o processo de fragmentação territorial do trabalho paralelamente à origem e reprodução do sistema capitalista, a fim de compreender os principais motivos responsáveis pela divisão e especialização do trabalho nas diferentes escalas de análise. Vale ressaltar que o referido material tem a pretensão didática de fazer com que os alunos de Geografia e áreas afins compreendam o processo desencadeador da fragmentação do espaço mundial.

Fundamentado em literatura consolidada a respeito do processo expansionista colonial e do imperialismo (Andrade, 1999; Sader, 2005; Harvey, 2009), constata-se que a DIT é produto da especialização das funções econômicas e da espacialização produtiva, ao mesmo tempo da circulação de mercadorias, trabalho, tecnologia e serviços entre as distintas regiões do mundo. No entanto, a definição do conceito não é estática como as mudanças econômicas, políticas e sociais que permeiam as relações entre as civilizações e seus Estados-Nação. Com isto, faz-se necessária a atualização dos conceitos geográficos para interpretar as novas relações de produção do espaço para compreender a existência da Divisão Internacional do Trabalho em tempos da globalização, ou seja, se, por um lado, é defendida a ideia da integração econômica, industrial e tecnológica entre os países e as regiões, por outro lado, percebe-se a intensificação das barreiras dos produtos, serviços, fluxo migratório e aspectos culturais entre algumas regiões, particularmente, nas relações entre os países centrais e periféricos.

Inicialmente podem-se fazer alguns questionamentos: porque existem países exageradamente ricos economicamente e detentores do poder? Porque alguns países se especializaram em produzir matéria-prima e explorar seus recursos naturais? Porque será que os países da Europa ocidental (maioria) têm “primo-irmãos” em outros continentes que também fala o mesmo idioma, apresenta traços culturais, mas econômica e socialmente é pobre e marginalizado. É importante ressaltar que isto não é regra, pois existem países que são exceções que também conseguiram tornar-se desenvolvidos, porém, desde o início foi colonizados com fins distintos dos países periféricos (hoje) e/ou que adotaram as mesmas estratégias imperialistas dos seus colonizadores como é o caso dos Estados Unidos da América, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e outras raras exceções.

A fim de compreender a relação da geografia com o processo de fragmentação internacional do trabalho, é importante rever duas categorias fundamentais: espaço e região. É claro que não é finalidade discutir as bases teóricas nesta aula, mas que pelo menos consiga perceber a relação presente entre a Geografia e a temática trabalhada na aula. Da mesma forma, também poderiam ser discutidas outras categorias, como território, paisagem, lugar, mas que não são pertinentes para o objetivo pretendido neste momento.

O conceito de espaço não é consenso dentro da própria Geografia, pois há outras conotações empregadas pelos geógrafos, gerando divergências conceituais e, conseqüentemente, maneiras diferentes de compreender a realidade, pois o homem, por meio da evolução intelectual e tecnológica, otimiza a capacidade de criar e recriar novas formas de intervenção no tempo e no espaço, produzindo assim, novas maneiras de interpretar e compreender o espaço e suas relações, como pode ser percebido em Harvey, 2009, quando analisa que as diferentes práticas humanas estabelecem diferentes conceitos de espaço, conceitos que sob certas circunstâncias são por nós empregados. Nestes termos, Santos (1994), ao analisar o espaço como sistema de objetos e de ações, demonstra a necessidade de um novo entendimento das relações espaciais e regionais, pois, com o avanço tecnológico, o homem otimizou sua capacidade de intervir e reproduzir o espaço, alterando e transformando os sistemas de objetos e de ações.

Assim como a categoria Espaço, a noção de região integra o cotidiano das pessoas e também está presente nas discussões acadêmicas e científicas. Porém, em função das mudanças técnico-científicas, a discussão da região enquanto categoria de análise torna-se complexa, necessitando de uma ampla discussão sistemática. Tal fato cria a possibilidade de análises regionais diferentes de um mesmo objeto de estudo, fazendo com que haja a morte ou não da região. É neste contexto que Haesbaert problematiza a volatilidade da região em seu processo histórico de ascendência e descendência, de ida e vinda ou, como o próprio autor denomina metaforicamente, de “mortes” e “ressurreições” da região. Neste sentido, Haesbaert diz que “o ir-e-vir dos conceitos ao longo da história de um campo de conhecimento

é revelador da busca não tanto de novas expressões, de novas palavras, mas, sobretudo, de novos conteúdos que estas palavras carregam, capazes de revelar as transformações da realidade” (2002, p. 2).

Agora, diante da noção simples e sem debate teórico da metamorfose dos conceitos fundantes da Geografia, daremos os primeiros passos para compreender a origem e os pressupostos da Divisão Internacional do Trabalho e o processo de mutação das características da DIT e suas fases.

A origem da Divisão Internacional do Trabalho está relacionada ao processo de transição da Idade Média para Idade Moderna, intensificada pelo aprimoramento das relações produtivas e comerciais entre os Estados-Nação e materializada espacialmente entre os países colonizadores e colonizados dos séculos XV-XVIII. De forma geral, a DIT consiste na especialização e definição de tarefas produtivas em escala global, da mesma maneira que molda as relações de trabalhos e troca de mercadorias entre os países. Para tanto, é importante destacar a análise da DIT nos diferentes contextos espacial e temporal de reprodução do sistema capitalista.

No período compreendido entre o final do século XV e início do século XVI, o capital mundial se reproduzia com base nas relações comerciais de mercadorias entre as metrópoles e as colônias, baseado nas trocas entre produtos, escravos, animais, especiarias, ouro, prata, diamante, marfim, entre outros produtos que atendiam aos anseios da sociedade europeia daquele período histórico. A especialização da distribuição e circulação de mercadorias comercializadas entre as regiões era estabelecida com base na relação de poder existente entre as nações. Nestes termos, é importante analisar a Divisão Internacional do Trabalho no contexto histórico da emergência do sistema capitalista mundial numa perspectiva interdisciplinar, na qual ambos são fenômenos interagentes que combinam a análise espaço-temporal e que produzem e reproduzem diferenças e desigualdades externamente entre as regiões, países ricos e pobres e, internamente entre os povos, a economia, os costumes e as tradições.

Inicialmente, o sistema capitalista passou a ser dominante na Europa Ocidental a partir do século XVI, momento caracterizado pela transição do modo de produção feudal para o capitalismo, sendo esta passagem carregada de traços e experiências pretéritas que aos poucos foram se diluindo no novo modelo de produção e de relações de trabalho em escala espacial e temporal desigual entre os Estados-Nação, formando um imenso mosaico no cenário geopolítico mundial ao longo dos séculos posteriores, sendo que o melhor jogador seria aquele que utilizasse as melhores estratégias, como: fortalecimento da frota naval, escravizar povos, conquistar territórios, dizimar povos autóctones, conquistar aliados, entre outras manobras importantes para conquistar o “jogo” disputado entre as principais potências dos séculos XVIII, XIX e XX. É importante destacar que quanto mais recursos técnicos eram desenvolvidos, mais instigante se tornaria o “jogo”.

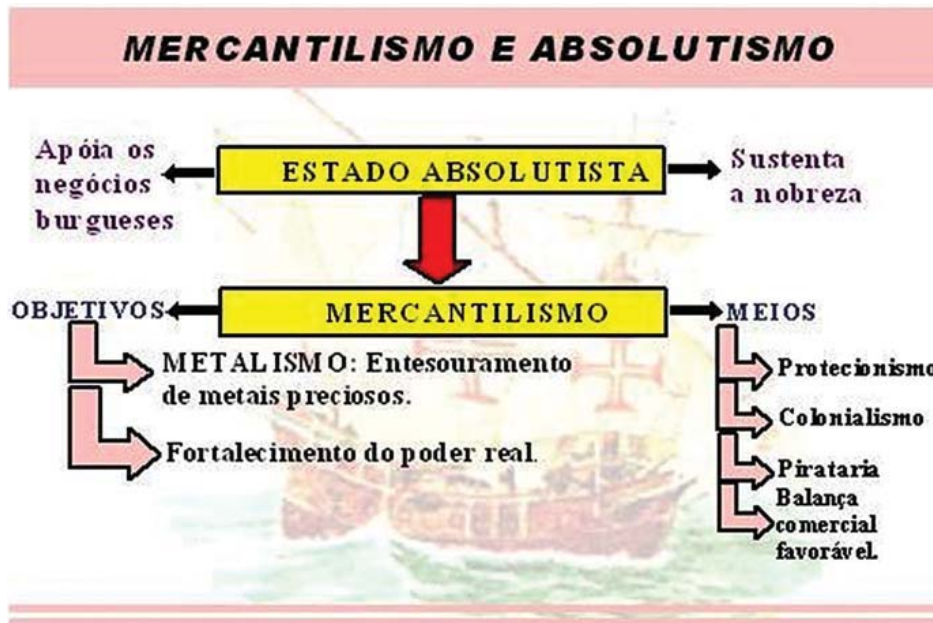
O continente europeu foi “berço” do sistema capitalista, mesmo assim, sua expansão não ocorre de maneira linear no espaço geográfico. Conforme citado anteriormente, o processo de transição do feudalismo para o capitalismo foi mais rápido na porção Ocidental e muito mais lento nas porções Central e Oriental da Europa. A origem data do final da Idade Média e, ao longo de sua trajetória histórica, foi gradativamente se sobrepondo a outras formas de produção até tornar-se hegemônico, gerando dialeticamente riqueza e pobreza.

A fim de compreender as diferentes fases da DIT proporcionadas pela evolução tecnológica e pela complexidade das relações produtivas e comerciais na era da globalização, primeiramente será realizada uma síntese a respeito das fases do sistema capitalista: capitalismo comercial ou mercantilismo; capitalismo industrial, liberal ou concorrencial e, finalmente, o capitalismo financeiro ou monopolista.

## ORIGEM DA DIT E MERCANTILISMO

A origem da Divisão Internacional do Trabalho se confunde com a fase mercantilista do capitalismo (Séc. XV-XVIII), quando os povos europeus, dispendo de mecanismos técnicos mais avançados, como a pólvora, a bússola, escolas técnicas, possuíam potenciais e estrutura organizada capaz de conquistar terras cada vez mais distantes do seu domínio espacial, sobretudo, nas áreas transoceânicas. Naturalmente, à medida que novas áreas eram conquistadas (colônias), novas relações econômicas, produtivas e comerciais eram estabelecidas, ampliando a demanda de recursos comercializados entre os povos. Assim, “à conquista seguiu-se a colonização. O objetivo do colonizador era apropriar-se dos recursos existentes nas áreas ocupadas e explorar, sob coação, a força de trabalho indígena, inicialmente, e, em seguida, a africana. Mas as condições variaram de uma área para outra” (Andrade, 1999, p. 18).

Neste contexto, as áreas passaram a ser distinguidas de acordo com o grau de dominação e especialização das atividades, ou seja, as áreas consideradas metrópoles tinham o direito de explorar os recursos naturais e a riqueza mineral das colônias e exportar produtos manufaturados, enquanto as colônias possuíam o dever de produzir matéria-prima para as metrópoles e, em contrapartida, importar produtos manufaturados de acordo com os “contratos”, denominado de Pacto Colonial, pré-estabelecidos entre metrópole-colônia. Tal processo pode ser considerado o embrião que serviu de base para constituição e consolidação da Divisão Internacional do Trabalho, ampliado a partir da Revolução Industrial e com o Imperialismo.



Portanto, devido à necessidade crescente do comércio europeu, o mercantilismo se expandiu ao longo de três séculos (XV-XVIII) por vários países do mundo, liderados pelos principais países da Europa, particularmente, Portugal e Espanha, considerados potências ultramarinas, controlando e dizimando povos nativos a fim de ampliar o comércio entre as nações. A partir deste momento, diversas nações do mundo passaram a ser submetidas à dinâmica da circulação e comercialização de mercadorias comandada pelos principais países europeus. Esta fase é considerada por Karl Marx de Acumulação Primitiva do Capital, pelo fato de originar as bases econômicas e sociais do sistema capitalista mundial.

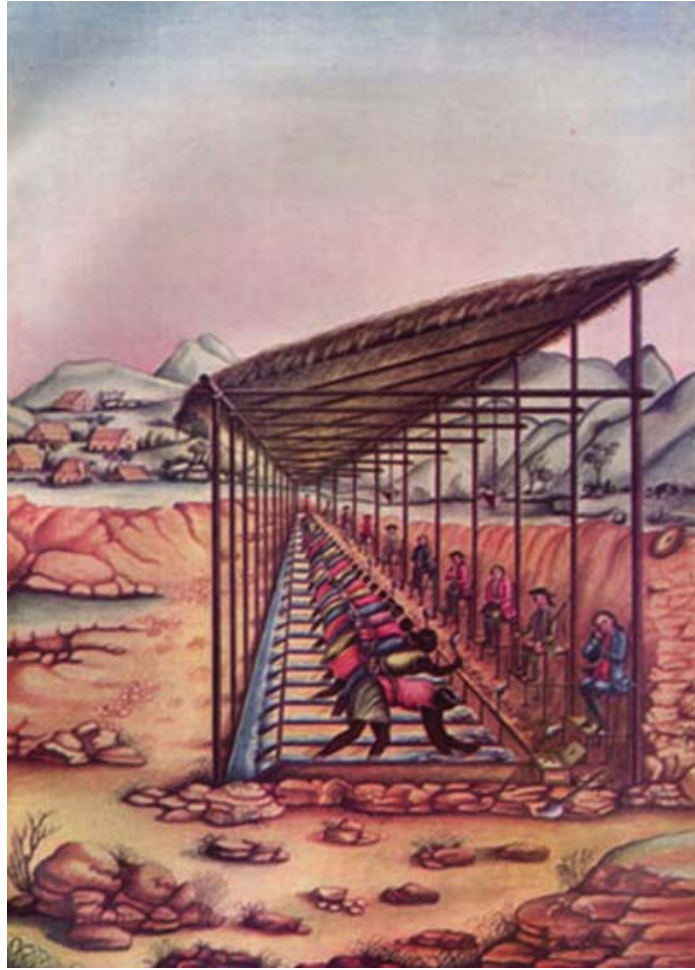
### PRIMEIRA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A partir da consolidação do sistema capitalista no século XVIII com a Revolução Industrial, houve intenso progresso no sistema produtivo e nas relações comerciais entre as nações comandadas pela Europa, particularmente pela Inglaterra, pioneira no processo de transformação produtivo e que dispunha de condições geográficas favoráveis devido à riqueza do quadro natural, além de recursos econômicos e condições sociais que contribuíram para consolidar o poder na Europa e no mundo. Nestes termos, outros países, como França, Bélgica, Alemanha, Países Baixos aos poucos se integraram e consolidaram a nova era do sistema capitalista mundial, pautada em novas técnicas de produção e intensificação nas relações de trabalho, tornando a circulação e comercialização cada vez mais dinâmica e complexa.

Portanto, esta fase é caracterizada pela transição do modo de produção artesanal para o modo de produção industrial, pois as fábricas provocaram nova Divisão Internacional do Trabalho que se expandiu até a Segunda Guerra Mundial. Baseados em Andrade (1999), os estudiosos costumam chamar de Revolução Industrial o processo de transformação tecnológica e produtiva que substituiu as relações comerciais mercantis.

À transformação que se procedeu, na Inglaterra, nos meados do século XVIII, em consequência do uso, pela indústria, da máquina a vapor. A Revolução Comercial propiciara a expansão geográfica da influência europeia pelos vários continentes e permitira a expansão do comércio, com a intensificação e crescimento da demanda de mercadorias. O uso da máquina desarticulava completamente as relações de trabalho feudais, já abaladas, e poria por terra a servidão e o sistema urbano das corporações. Propiciaria também o crescimento exponencial da produção fabril, a necessidade de intensificação da produção de matérias-primas e a ampliação do mercado consumidor. (Andrade, 1999, p.35)

A partir do momento em que a Inglaterra, considerada “Rainha dos Mares”, parte para uma corrida expansionista em busca de matéria-prima e mercado consumidor, novas rotas aos poucos vão sendo descobertas e exploradas, aguçando o apetite de outros países em busca do controle econômico, primeiramente, e depois político de diversas áreas espalhadas pelos continentes africano, asiático e americano. É importante destacar que a corrida expansionista estava repleta de estratégias militares e políticas com a finalidade de ampliar a circulação do comércio e o poder existente entre as principais potências imperialistas. Para isto, muitas vezes, o domínio inicialmente se dava a partir da conquista comercial de algumas áreas estratégicas das nações colonizadas, seguida da dominação política por parte da nação imperialista. Assim, ao mesmo tempo em que ampliavam os territórios, ampliavam também a área de ação de companhias de comércio de origem europeia que atuavam nas colônias. Conforme destaca Andrade (1999), “muitas vezes essas companhias comerciais penetravam no território a ser conquistado antes dos militares e administradores, conseguindo dos governos locais direitos sobre a exploração econômica de algumas áreas ou de certos setores da economia. Estabelecido o controle econômico passavam à dominação política” (p. 37).



(Fonte: <http://www.wikipedia.org>).

Para isto, a Igreja por meio dos missionários, católicos ou protestantes, que penetravam no interior do continente pregando a palavra cristã e ensinando a língua do colonizador, exercia o papel de amenizar os conflitos e tensões diante da reação dos povos autóctones denominados de povos nativos contra os exploradores.

Nestes termos, aos poucos e continuamente, o mapa mundi vai se configurando de acordo com as áreas de influência das nações europeias imperialistas, moldando traços econômicos e culturais das áreas exploradas, definindo as funções de cada nação no processo produtivo global e fortalecendo a Divisão Internacional do Trabalho, de forma mais clara no que tange aos limites e fronteiras entre os países detentores do poder e da tecnologia e, portanto, exportadores de manufaturados, e aqueles explorados e pobres, que passaram a produzir matéria-prima e a importar tecnologia e produtos industrializados. Portanto, cada nação ou região do mundo exercia papel importante no processo de ampliação e reprodução do sistema capitalista mundial, principalmente até a Segunda Guerra Mundial, na qual outras nações questionaram a supremacia da Inglaterra como potência imperialista daquele momento histórico. Assim, no pós-guerra, novas



configurações do espaço e conseqüentemente da Divisão Internacional do Trabalho marcaram o período de transformação das relações econômicas e políticas nas diversas escalas: global, regional e local.

A primeira Revolução Industrial ocorreu no Reino Unido (séc. XVIII) e potencializou a transformação da natureza através da disseminação das máquinas movidas a vapor, cujo principal combustível era o carvão mineral. Da mesma forma, modernizou o sistema de transporte, substituiu o trabalho escravo pelo trabalho assalariado e se apropriou do lucro produzido pelos proletários nas fábricas, denominado de mais-valia (trabalho desenvolvido pelo proletário e não-pago pelo capitalista). Na transição do século XVIII-XIX, devido à demanda crescente por conta da Revolução Industrial e da ampliação dos mercados, as fábricas necessitaram de mais matéria-prima, energia, mão-de-obra e mercado consumidor, justificando para isto a barbárie e os massacres das nações pobres exploradas e dizimadas pelos exploradores.

Analisando paralelamente as fases da DIT, pode-se mencionar que este período foi denominado de fase do capitalismo industrial, concorrencial ou liberal, conhecida pelos economistas de Liberalismo Econômico defendida por Adam Smith e Davi Ricardo com base na lei da oferta e da procura, cuja dinâmica levaria a um equilíbrio natural do mercado desprezando a intervenção estatal.

A segunda Revolução Industrial (século XIX) foi caracterizada pela evolução de técnicas e recursos energéticos variados, colocando a ciência a serviço do capital, resultando no avanço da indústria siderúrgica, indústria mecânica, indústria química (petroquímica), descoberta da eletricidade, do motor a combustão interna, substituição do carvão mineral pelo petróleo, progresso dos transportes automobilísticos e aeronáuticos entre outros avanços que marcaram o período de transição tecnológica e conseqüentemente a Divisão Internacional do Trabalho, agora mais dinâmica e complexa. Neste contexto, diante do choque de interesses entre as maiores potências mundiais no fim do século XIX, os Estados Unidos da América também entrariam na corrida industrial, seguido do Japão, na Ásia, passando, também, a fazerem parte do “jogo” estabelecido institucionalmente em 1885 com o plano de partilha dos continentes africano e asiático, denominado de Conferência de Berlim ou Partilha da África e da Ásia, consolidando a Divisão Internacional do Trabalho através da expansão imperialista. Este jogo de interesses entre as potências mundiais da época resultou na deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e na Segunda Guerra Mundial, e neste contexto, na Revolução Russa em 1917. O mundo se configurou em um imenso “tabuleiro de xadrez” onde as regras eram ditadas pelas potências imperialistas e aplicadas nas áreas mais frágeis do ponto de vista econômico e bélico, mas ricas em recursos naturais e mercado consumidor.

Diante do quadro de instabilidade econômica e política que reinava no final do século XIX e início do século XX, a solução do sistema econômico capitalista foi a transformação das áreas externas (Ásia e África) em áreas

periféricas da economia-mundo, através do processo de expansão denominando de Imperialismo. Essas novas áreas periféricas deveriam se transformar em fornecedoras de matérias-primas e de mão-de-obra não especializada, e em importadoras de produtos industrializados, de capitais e de excedente populacional.

Dessa forma, era fundamental para os países industrializados assegurarem-se de grandes porções dessa nova periferia. Isso explica tanto a rapidez como essas áreas foram ocupadas, como o caráter sempre belicoso que acompanhou a ocupação. Portanto, conforme citado anteriormente, a presença europeia na África se dá a partir de 1885, sendo dividido o continente entre portugueses, espanhóis, belgas, italianos, alemães, franceses e ingleses, com destaque para os dois últimos.

No continente asiático, o processo não foi diferente, pois o continente e os arquipélagos do pacífico estavam ocupados por franceses, ingleses, alemães, norte-americanos, holandeses, japoneses e russos. Vale ressaltar que o Japão foi o único país de população não europeia, industrializado e imperialista e, utilizando do caráter nacionalista contra dominação europeia, expandiu sua influência pela Coréia, China e ilhas do Pacífico. Da mesma forma, os Estados Unidos, fundamentado na doutrina Monroe, expandiu-se em direção ao Pacífico onde conquistaram, ainda no século XIX, os arquipélagos das Filipinas, de Hawai e a ilha de Guam.

## SEGUNDA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E PÓS-GUERRA

Desde o início do século XX, passando pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Crise Mundial (1929) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Inglaterra se enfraqueceu e perdeu sua hegemonia econômica e política para os Estados Unidos da América, sendo que o pós-guerra foi marcado pela derrota dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e deu origem ao chamado processo de descolonização da maioria dos territórios coloniais. Baseado na análise do processo expansionista europeu, Sader (2005) sintetiza com muita propriedade que o século XX foi caracterizado como “século do imperialismo”.

Se o colonialismo havia sido o fenômeno essencial para compreender a história da humanidade nos séculos anteriores, o século XX será o século do imperialismo. O colonialismo se inicia no final do século XV, quando os Estados europeus começam sua fase de conquista mundial, depois de terem permanecido na defensiva durante um milênio, contra invasores da Ásia e África. Essa expansão não se baseou, pelo menos durante alguns séculos, em uma superioridade econômica ou tecnológica, que só passou a valer a partir do século XIX. A superioridade inicial dos colonizadores europeus foi naval e militar. (Sader, 2005, p. 27)

No entanto, com o passar do tempo e com as conquistas, o que antes era dominado a partir do poder naval e militar se transformou em domínio tecnológico, econômico, político e cultural, principalmente a partir do século XIX, com a revolução industrial consolidando a Inglaterra como potência hegemônica deste século. Da mesma forma, a partir desse momento, as relações das metrópoles com as colônias foram se tornando mais complexas, passando do colonialismo ao imperialismo.

Nestes termos, os setores econômicos e industriais não ficaram instalados somente nos países centrais, pois a política do pós-guerra privilegiou novos investimentos em infraestrutura, energia, portos e indústrias de bens de consumo nos países considerados periferias do sistema capitalista mundial, voltando a atenção para a ampliação do mercador produtor de matéria-prima, mão-de-obra, mas também, produtor de bens industrializados. Portanto, a partir deste contexto emerge a Segunda Divisão Internacional do Trabalho tendo como força motriz o novo quadro político e econômico instaurado após a Segunda Guerra Mundial, comandado pelos Estados Unidos, país que saiu fortalecido diante do quadro de crise e conflitos que marcaram a primeira metade do século vinte.

Essa nova fase do sistema capitalista ficou conhecida como capitalismo financeiro ou monopolista caracterizada pela concentração de capitais e pela formação de monopólios e oligopólios, ou seja, empresas de grande porte que se associam para determinar os preços dos produtos, controlar o mercado e absorver os concorrentes de menor porte, gerando o enfraquecimento da livre concorrência e pela fusão do capital industrial ao capital financeiro (bancos financiam e incorporam as indústrias e as indústrias incorporam bancos para dar-lhes sustentação).

Neste contexto, países como EUA passou a investir financeiramente no processo de reconstrução dos países que estavam envolvidos diretamente na Segunda Guerra Mundial, como exemplo, na Alemanha, Itália, França, Inglaterra. No entanto, o Japão que se encontrava em lados opostos, foi um dos principais países a representar interesses norte-americanos no continente asiático, marcando nova fase imperialista. Portanto, confirma-se que houve também investimentos no processo de reconstrução da indústria e dos recursos financeiros, de modo geral, da França, Inglaterra e outros países em menores proporções. Da mesma maneira, incentivou o processo de industrialização das áreas periféricas a fim de expandir o imperialismo com uma nova roupagem. Nesta época, vários países passaram a receber filiais de empresas multinacionais e transnacionais em várias partes do mundo, o que acabou, em parte, transformando vários países subdesenvolvidos em exportadores de produtos industrializados. Portanto, “cada grande conglomerado tem em seu topo uma instituição financeira, não há mais separação entre capital produtivo e especulativo, de tal modo que as formações econômicas nacionais e o sistema econômico em seu conjunto estão cruzados e se tornaram dependentes da circulação do capital financeiro” (Sader, 2005, p.29).

Finalmente, vale enfatizar que a fase imperialista tornou-se um paradigma para compreender as transformações do espaço geográfico e a geopolítica mundial associada à evolução do sistema capitalista, pois as exportações de mercadorias que caracterizaram a fase colonialista foram substituídas pela exportação de capitais, ganhando hegemonia e servido como referência para o intercâmbio internacional. Por outro lado, este processo provocou e consolidou as diferenças econômicas e sociais e as relações de dependência entre os países colonizadores, agora desenvolvidos ou centrais e aqueles colonizados, agora, subdesenvolvidos ou periféricos.

### TERCEIRA DIT E A GLOBALIZAÇÃO

Superada a crise provocada Segunda Guerra Mundial, os principais países industrializados da Europa Ocidental, a saber: Estados e Japão, principalmente, desenvolvem uma política de expansão econômica a partir da fusão do capital industrial e financeiro privilegiando as multinacionais e os conglomerados, globalizando não somente a produção mais também o consumo. Neste período, as relações de trabalho e de produção tornam-se mais complexas e dinâmicas, assim como a Divisão Internacional do Trabalho, pois são estabelecidos novos acordos entre os países centrais da economia-mundo e os países periféricos, provocando o surgimento da nova fase do imperialismo na era da integração econômica podendo ser denominada sinteticamente de era da globalização.

A partir da década de 1970, com a terceira revolução industrial, o mundo presenciou a evolução do progresso tecnológico, da reestruturação industrial, da abstração do espaço provocado pela evolução dos transportes e das tecnologias da comunicação, das fontes energéticas e do consumismo em escala cada vez maior. Este período pode ser caracterizado como o “divisor de águas” entre a segunda e terceira Divisão Internacional do Trabalho, que em sua fase superior consolidou a concentração de capitais e a formação de monopólios e oligopólios, ou seja, empresas de grande porte que se associam para determinar os preços dos produtos, controlar o mercado e absorver os concorrentes de menor porte. Nestes termos, ocorre um enfraquecimento da livre concorrência e o surgimento do neoliberalismo no pós-guerra com a obra “O Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek pregando menor participação na vida econômica e social, a fim de diminuir as dívidas, facilitar o livre deslocamento do capital, o aprimoramento tecnológico e o desenvolvimento. Para que o mercado possa funcionar livremente, as empresas estatais devem ser privatizadas e o poder de luta dos sindicatos reduzido.

À medida que o mundo se integrava, as relações tornavam-se mais dinâmicas assim como eram estabelecidas as áreas produtoras de tecnologia e capital, portanto, exportadoras, e as áreas produtoras de matéria-prima e fornecedoras de mão-de-obra barata e, portanto, importadoras de bens industrializados e exportadoras de bens primários. Gradativamente, os países centrais foram construindo suas filiais nas áreas periféricas a fim de explorar

recursos naturais abundantes, mão-de-obra barata, fontes de energia e mercado consumidor em crescente ascensão. Além destes fatores, também se pode associar a fragilidade dos sindicatos para reivindicar melhores condições trabalhistas e melhores salários assim como, a ausência de leis e de fiscalização ambiental das áreas impactadas pelo processo de industrialização norteado de acordo com interesses econômicos das nações desenvolvidas.

## CONCLUSÃO

Portanto, a compreensão da Divisão Internacional do Trabalho é fundamental para analisar a geoeconomia e geopolítica internacional protagonizada pelas principais potências mundiais. No entanto, ressalta-se que a hegemonia das potências colonialista e imperialista não ocorreu de forma linear, pois o apogeu dos países ibéricos, da Inglaterra, dos Estados Unidos da América e do Japão, dentre outras nações, ocorreram em diferentes contextos históricos configurando espacialmente os continentes, os megablocos e os países no contexto atual.



## RESUMO

A Divisão Internacional do Trabalho é caracterizada pela dinâmica e complexidade das relações de produção, comercialização e consumo entre as nações e regiões do mundo. Para tanto, é importante compreender que o processo de consolidação das especificações das atividades produtivas em escala global não é estático, pois com a evolução das relações mercantilistas por meio das relações coloniais, seguidas da fase imperialista liderada pela Inglaterra (Europa), pelos Estados Unidos (América) e Japão (Ásia) as mudanças na maneira e na forma de estabelecer novas relações foram alteradas e novos mercados foram constituídos. Nestes termos, o segundo quartel do século XX foi caracterizado pela revolução tecnológica que estabeleceu novas formas de intervenções do espaço geográfico e várias maneiras de constituir intercâmbio internacional.

Portanto, ao analisar a divisão do trabalho em escala mundial, também se faz necessário estudar a evolução do sistema capitalista em suas diferentes fases e especificidades. A partir da análise processual da evolução do capital, torna-se menos complexo entender as desigualdades regionais e as disparidades entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Da mesma forma, podem-se compreender as características históricas, econômicas, culturais e religiosas herdadas do processo de expansão do colonialismo, do imperialismo e do neoimperialismo, inclusive do território brasileiro.



### ATIVIDADES

1. Faça uma análise sobre a relação entre o Brasil e a Divisão Internacional do Trabalho. De que maneira o Brasil está inserido no processo de fragmentação do trabalho, distribuição e consumo no circuito global?

### COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Inicialmente, o Brasil foi colonizado no século XVI por uma das grandes potências colonialistas da época, Portugal, que deixou marcas profundas na identidade cultural dos povos, nas relações econômicas entre os países ricos e pobres, que aos poucos vem se diluindo diante da influência de outras nações ao longo dos séculos.



### PRÓXIMA AULA

Agora fica mais fácil!!!!!!

A partir da compreensão da Divisão Internacional do Trabalho e da expansão do sistema capitalista, na próxima aula serão estudados os blocos econômicos regionais como estratégia da fase neoimperialista de exploração “disfarçada” das nações periféricas pelos países centrais.



### AUTOAVALIAÇÃO

É importante estudar a história da DIT para compreender a origem e as condições sócio-espaciais do Brasil. Assim, pode-se fazer uma análise crítica do processo histórico da economia do Brasil e da história e da cultura do seu povo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel C. de. Imperialismo e fragmentação do espaço: revolução industrial e imperialismo, descolonização, a problemática do mundo atual. São Paulo: Contexto, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. IV Seminário do Pensamento Geográfico. UNESP 2001. Reformulado no XXII Encontro Estadual de Geografia. Porto Alegre: AGB, 2002.

HARVEY, David. O novo imperialismo. 3ª Edição, São Paulo: Edições Loyola, 2009.

SADER, Emir. Século XX uma biografia não-autorizada: o século do imperialismo. 3ª edição, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo. São Paulo: Hucitec, 1994.